

Relação entre educação e trabalho na busca da dignidade humana a partir do pensamento de István Mészáros

Ratio between education and work in the pursuit of the human dignity by the thought of István Mészáros

Roberto Leonardo da Silva Ramos^(*)

Recebido: 06/2016

Aprovado: 08/2016

Resumo: A presente obra é uma análise acerca da relação entre educação e trabalho, visando o alcance da dignidade da pessoa humana. Utiliza-se de levantamento bibliográfico de textos de matizes críticas, principalmente as do filósofo István Mészáros. Objetiva-se questionar a ideia de que a educação está limitada em preparar a pessoa para o mercado de trabalho. Defende-se que é por meio do trabalho que o ser humano satisfaz suas necessidades e alcança a dignidade, o que resta prejudicado na medida em que o resultado da atividade laboral não mais pertence ao trabalhador, mas sim a uma terceira pessoa. Já a educação em vez de preparar a pessoa para exercer sua cidadania, limita-se em capacitar o sujeito ao mercado de trabalho, isto é, preparar mão de obra a serviço de quem detém o domínio do produto do trabalho. Portanto, ao termo da pesquisa é indicado o modo de superar as distorções apontadas anteriormente.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Dignidade humana.

Abstract: This work is an analysis of the ratio between education and work, searching to reach the dignity of the human person. It uses literature critical texts, especially the ones by István Mészáros. The objective is to question the idea that education is limited to prepare people for the labor market. It is argued that it is through work that man meets their needs and achieves the dignity, what remains impaired because the result of labor activity does not belong to the worker, but to a third person. On the other hand, the education, instead of preparing a person to exercise their citizenship, limits itself to qualify the individual to the labor market, that is, prepare the worker to serve those who holds the product domain of work. Ergo, in the end of this search shall be indicated the way to overcome the distortions identified above.

Keywords: Education; Work; Human dignity.

Introdução

A educação e o trabalho estão intrinsecamente relacionados, por isso, a análise de um implica também a do outro, caso contrário não será alcançado o objetivo do artigo. O presente texto realiza uma reflexão acerca da relação entre educação e trabalho e suas consequências no alcance da dignidade humana. Os sujeitos devem ser considerados em sua dignidade, haja vista a qualidade de vida implica justamente de saber se o ser reveste-se do atributo humano ou não. Esta análise é realizada por meio de levantamento bibliográfico, tendo o filósofo István Mészáros como marco teórico, que para entender suas concepções serão expostos paralelamente as ideias de outros pensadores.

Inicialmente será discorrido de forma breve sobre sociedade civil em Gramsci, esclarecendo a posição e importância da educação neste aparato

^{*} Professor, Doutorando e Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Advogado. E-mail: robertoleonardo@mouraramos.com.br

ideológico, haja vista uma coletividade dever seguir determinados valores, que são estabelecidos por formadores de opinião e por consequência prevalecer os valores da classe dominante. O conjunto axiológico é institucionalmente reproduzido pelos organismos de imprensa, educacionais e religiosos. A propagação dos valores por meio de organismos institucionais é o que Mészáros denomina de educação formal, sendo sua finalidade estabelecer uma consciência de conformismo com a realidade vivida por todos. Com isso, realiza-se uma análise de tais valores para saber se efetivamente a sociedade atual valoriza a pessoa humana ou se apenas é utilizada para a satisfação dos interesses de uma pequena parcela da sociedade.

Em relação ao trabalho, para Mészáros as formas de transformações da natureza pelo ser é a própria atividade do trabalho humano, quanto mais o ser modifica a natureza para satisfazer suas carências, mais ele se transforma em um ser social e humano, e assim produz sua realidade. Portanto, a história é produzida pelo trabalho das pessoas de sua respectiva época, em que a educação exerce sua influência para direcionar o modo de produção.

No modo de produção capitalista, o produto decorrente do trabalho não pertence a quem produz, mas sim a quem detém o capital o que implica em um afastamento do ser de seu atributo humano, haja vista o trabalho não mais ter o intuito de satisfazer suas necessidades, mas sim de enriquecer uma outra pessoa. Percebe-se, que a atividade produtiva não mais atinge suas reais funções, já que o resultado do trabalho de uma pessoa pertence a outra, é o que se cunhou de alienação do trabalho. Como o trabalho reflete o ser social (humano e digno), a alienação daquele implica na deste.

A mudança de tal realidade não pode se dar exclusivamente pela educação formal, dado os seus limites estabelecidos pela classe dirigente, o caminho a ser percorrido é evidentemente superar a causa do afastamento da dignidade do ser humano, que é a alienação do trabalho.

Educação e trabalho como instrumento da sociedade civil

Gramsci (2001) entende que a sociedade política e sociedade civil compõem a superestrutura do bloco histórico, sendo a primeira o aparelho coercitivo representado pelo estado, já a segunda é o aparato ideológico/privado. A ideia de sociedade civil no referido pensador possui origem em comum (Hegel) com a mesma expressão utilizada por Marx, entretanto não possuem o mesmo significado. Não será neste texto, discorrido sobre a questão dos pontos que diferenciam a nomenclatura utilizada por Gramsci e Marx. Para o objeto da presente obra será considerado como sociedade civil o direcionamento

ideológico de uma sociedade, exercendo sua influência a partir de organizações sobre toda a superestrutura, o que atesta seu amplo campo de atuação.

A propagação dos ideais ideológicos é de relevo para a sociedade civil, pois assim serão difundidos os interesses da classe dominante. Esta função é realizada de modo difuso, sendo exercida principalmente pela igreja, instituições de ensino e imprensa.

No que diz respeito às instituições de ensino, Huges Portelli dispõe o seguinte:

A organização escolar, seja sob o controle do Estado ou de organismos privados, e até as universidades populares formam o segundo conjunto cultural da sociedade civil, onde novamente aparece a gradação da ideologia sob o controle da Universidade e da Academia (na medida em que ela exerce uma função nacional de alta cultura, principalmente como guardiã da língua nacional e, assim, de uma concepção de mundo). (PORTELLI, 1978, p. 27)

Logo, as organizações escolares de um Estado são responsáveis pela propagação dos ideais (concepção de mundo) da classe social dirigente, servindo como contenção de possíveis concepções destoantes, que poria sua hegemonia em perigo. Assim, a educação é objeto da presente pesquisa para realizar uma análise de seus reais objetivos em função da sociedade liberal.

A sociedade civil para Gramsci “não é simplesmente um esfera de necessidades individuais, mas de organizações, e tem o potencial de auto-regulação racional e de liberdade.” (BOTTOMORE, 2001, p. 352). A ideia de liberdade está intrinsecamente relacionada com o trabalho da pessoa, nas palavras de Antunes: “Assim, noções como realização, plenitude, liberdade *humanas* – pois não há *nenhuma* outra forma de realização, plenitude ou liberdade que não a *humana* – têm seu ponto de partida e de chegada exatamente no *trabalho*” (ANTUNES, 2012, p. 120).

Como a atuação da sociedade civil inclui as organizações educacionais (dentre tantas outras) e estas por consequência agem diretamente na concepção de liberdade, mister a realização de uma análise do vínculo entre trabalho e o contexto educacional.

O ser humano tem na atividade transformadora da natureza a sua condição de existência, que é o próprio trabalho. Por este motivo é que a pessoa se diferencia do animal e estabelece uma relação peculiar com a natureza. O organismo humano vive de produtos decorrentes da natureza e por meio do trabalho realiza a adaptação para seu uso.

É, então, exatamente por meio de sua atividade produtiva, por meio do trabalho, que o ser humano – que é “uma parte da natureza” – afasta-se de sua condição imediatamente animal e faz da própria natureza uma extensão de seu corpo,

tornando-a assim cada vez mais humana, cada vez mais social. (ANTUNES, 2012, p. 11)

Assim, esse afastamento da condição animal origina o que foi cunhado de corpo inorgânico que é a “relação entre ser humano e natureza e não de uma ou outra parte tomadas isoladamente.” (ANTUNES, 2012, p. 11-12). Por meio do trabalho é que o humano afasta-se do ser natural e assume a qualidade de ser social. Entretanto, o ser social não é independente do ser natural, inexiste uma separação rígida entre elas, pelo contrário, há uma verdadeira interação em que o ser social precisa da natureza, pois esta é o substrato que irá satisfazer as carências do ser humano.

O resultado do processo de transformação da natureza origina um objeto, que é humanizado. O ser humano possui o objeto, mas o objeto também possui o ser humano, na medida em que novas carências surgem devido à existência do produto. Logo, percebe-se que as carências humanas progressivamente se afastam da natureza, o que torna o trabalho cada vez mais complexo. As mudanças do trabalho (sejam as oriundas das relações imediatas ou mediatas entre ser humano e natureza) no decorrer da história é que formam o processo educativo da sociedade, ou seja, não se pode separar trabalho de educação.

Portanto, os seres humanos são responsáveis pela construção de sua realidade, mas o meio em que vive é resultado da satisfação das necessidades do passado, sendo assim objeto do trabalho anterior. As necessidades atuais serão satisfeitas com as transformações complexas do hoje, que criarão novas necessidades no futuro e por consequência uma nova sociedade do amanhã.

Com isso, o trabalho possui fator relevante no processo histórico, conforme transcrito abaixo.

Somente a partir de uma compreensão ampla do trabalho é que se pode compreender as razões pelas quais este configura tanto a causa, quanto o meio e o fim do processo histórico-social do ser humano – *causa* da diferenciação entre ser humano e natureza, *meio* de constante humanização do ser social e *fim*, ou finalidade em si do próprio processo humano, uma vez que o ser social, em virtude do longo processo histórico já trilhado, não mais produz para assegurar a condição animal, mas sim para, uma vez assegurada essa sobrevivência, desenvolver-se livre, isto é, humanamente. (ANTUNES, 2012, p. 25)

O trabalho ao destacar o ser humano da natureza, humaniza a pessoa e faz surgir o ser sócio-histórico, formando um processo de reprodução social que é imanente à educação, este que tem como escopo a compreensão e direção das atividades que suprem as carências e necessidades dos seres sociais.

[...] o que significa que cada nova geração não precisa redescobrir o fogo, ou reinventar a roda – por outro, é exatamente esse processo formativo, educacional,

que torna possível que os seres humanos possam conduzir sua existência de modo cada vez mais humano, pelo menos potencialmente. (ANTUNES, 2012, p. 25)

Esse trabalho consiste na objetivação da subjetividade do trabalhador, que conforme já dito, é resultado da transformação, de maior ou menor complexidade, da natureza em um objeto social. Quando ocorre deste objeto não pertencer ao trabalhador, há o que se denomina de alienação do trabalho, afastando a humanização do ser humano, pois o fruto de seu trabalho não mais pertence a ele, mas sim a outra pessoa. Tal fato se dá de forma contextualizada no decorrer da história e não sempre uniforme em todas as sociedades, por consequência, sua superação também se modifica no tempo e no espaço.

A suplantação da alienação desse trabalho é essencial para a emancipação humana, que por sua vez apenas será alcançada por meio da educação, conforme entendimento de Mészáros (2008). Logo, a desestruturação deste trabalho é um processo social lento, em que cada etapa deve apresentar-se mais evoluída do que a anterior, sob pena de não lograr êxito, haja vista o trabalho alienado ser o fundamento da atual estrutura estatal, que possui alto grau de complexidade estrutural, com análise a seguir.

Educação e trabalho como organismos de reprodução social em contraponto com a busca da dignidade humana

Nas palavras de Sérgio Lessa (2010, p. 09), “[...] cada forma particular do trabalho na história funda um modo de produção também particular [...]”. Considerando que a estrutura econômica mantém intrínseca relação com a própria estrutura social, a educação no atual formato é resultado de um sistema que privilegia o individualismo liberal inerente ao capitalismo. Todavia, Engels (2010) ao escrever “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, interpreta as pesquisas de Marx em relação ao desenvolvimento histórico dos três institutos que intitulam a obra, esclarecendo que a realidade social atualmente vivida não é perene, mas sim uma necessidade hodierna do sistema para justificar seus ideais, sendo assim, os atuais valores sociais reproduzidos são plenamente superáveis.

A essência de uma sociedade mercantilizada gira em torno da circulação de produto e prestação de serviços com implicação em acúmulo de capital. Qualquer área de atuação é alvo de exploração pelo mercado, o que revela um exercício de manutenção de poder, atingindo campos de extrema importância que deveria ter uma atuação visando não o lucro, mas exclusivamente a satisfação do cidadão. Sobre o controle do sistema capitalista, transcreve-se abaixo.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96)

No que diz respeito à educação, objetiva-se preparar as pessoas para o mercado de trabalho e legitimar as diretrizes do pensamento hegemônico, o que implica em uma simplificação exagerada de tão importante atividade. Além da preparação profissional, relevante proporcionar ao indivíduo a ideia de cidadania e sua função diante do estado.

Emir Sader (2008, p.16) dispõe que “Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro.” O que representa a internalização e naturalização de elementos liberais aos educandos. A educação está centralizada nas instituições de ensino, que não são os locais mais adequados para se educar visando uma função transformadora, haja vista a ocorrência de um fortalecimento da capitalização desta essencial atividade, e por consequência o distanciamento do desenvolvimento de um pensamento crítico e emancipatório.

O ensino deve está inserido em um patamar de provocações ideológicas, sendo utilizada para difusão de concepções de mundo, tanto para ratificar como para questionar um pensamento dominante. Para Mézárós (2008), o caminho de aproximar a educação do seu real sentido é a superação do capital, sob pena de mudanças superficiais sem efeitos relevantes. Em sua obra “A educação para além do capital”, o pensador desenvolve de forma objetiva como a educação pode ser um instrumento transformador (em que o ser humano é o centro de suas atenções) e não meramente tecnicista e justificador da atual realidade.

Mézárós (2008, p.25) ao afirmar que “[...] os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados.”, demonstra que há um vínculo entre mecanismos de educação e processos de reprodução social amplos, e que por isso mesmo, para que haja uma mudança na educação deve haver necessariamente uma mudança na sociedade. Pensamento contrário implica na realização de sutis retificações do sistema existente, sem intuito de mudanças estruturais. Neste sentido, o filósofo húngaro relata da seguinte forma.

Portanto, seria realmente um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem-estabelecida classe dominante. Naturalmente, o mesmo vale para a *alternativa hegemônica* fundamental entre capital e trabalho. (MÉSZÁROS, 2008, p. 26)

Desta forma, a educação não é um campo isolado da sociedade, mas há uma constante interação com os processos de reprodução social, sendo inclusive um reflexo do sistema predominante, ou seja, o atual processo educacional logicamente garante estabilidade da sociedade liberal, sendo uma condição de existência da outra. Qualquer método educacional terá limites, que é na atual realidade o próprio capital, que dificulta uma cultura de conflito entre a classe bem sucedida e a classe explorada. As várias tentativas de reformas educacionais, mesmo que bem intencionadas, não lograram êxito por não atingirem a causa dos problemas, pois não se reconhece no capital a sua irreformabilidade substancial.

Mészáros aponta a título exemplificativo, o pensamento de Adam Smith sobre a educação em uma sociedade capitalista. Apesar de Smith ser uma referência liberal e representante clássico da burguesia iluminista, ele expõe as consequências negativas que o capitalismo provoca sobre a classe trabalhadora, tendo em vista que o “espírito comercial” tende a individualizar cada vez mais as tarefas dos trabalhadores, o que limita seus pensamentos às tarefas laborais que pretende realizar, sendo isto um grave problema educacional, que subjuga o ensino apenas às necessidades do mercado de trabalho. Entretanto, Mészáros afirma que Smith apesar de reconhecer a face lúgubre do sistema capitalista, limita-se em apontar os trabalhadores como a causa do problema, já que não utilizam de forma adequada o tempo destinado a seu lazer. Percebe-se que há uma confusão entre causa e efeito, o que impede a solução da problemática da educação.

T. H. Marshall (1967), apesar de demonstrar relevantes diferenças de Smith, é outro representante liberal, que em sua obra “Cidadania, classe social e status” pretende analisar a igualdade social como custo econômico (a partir das ideias do pensamento de A. Marshall) e paralelamente manifesta-se sobre a questão da educação. O autor entende que o desenvolvimento do sistema capitalista culmina em um progresso técnico que reduz a necessidade de grandes volumes de trabalhadores, o que naturalmente iria fazer surgir nas pessoas a necessidade de buscar a educação/qualificação profissional, proporcionando uma melhor qualidade de vida, e conseqüentemente a extinção da classe trabalhadora e a elevação destas pessoas ao status de cavalheiros (cidadãos).

Para T. H. Marshall (1967), não se trata de implantação de um socialismo, haja vista os fundamentos do capitalismo estarem preservados, ou seja, o

mercado deve alcançar índices cada vez mais elevados e o estado deve ter suas funções limitadas, isto é, garantir a educação básica e o cidadão escolher entre uma vida precária de trabalhador ou galgar melhores posições perante a sociedade. Ele relata que o pensamento de A. Marshall se baseia em dois pontos: o primeiro é que há viabilidade em se conseguir a igualdade entre todas as pessoas; e segundo, que o desenvolvimento econômico é quem vai proporcionar a base material para essa empreitada.

No decorrer de sua exposição, realiza um levantamento histórico acerca de direitos civis, políticos e sociais, partindo da ideia de que a educação é a base de todo esse sistema. Percebe-se a dificuldade que T. H. Marshall tem em demonstrar a viabilidade do êxito em seus pensamentos, haja vista tentar compatibilizar a universalização da igualdade e o desenvolvimento do capitalismo. O papel da educação é relevante, porém reconhece que é uma função do poder público e limitado à qualificação profissional. Apesar da bem intencionada pretensão de se buscar a igualdade social, a discussão de Marshall gira em torno de uma sociedade liberal e pretere a ideia de falibilidade do modo de produção capitalista.

Assim, há uma tentativa de alcançar a igualdade envolvendo um sistema que tem como fundamento a divisão de classes e a educação como preparo de mão de obra para o mercado, o que está fadado ao fracasso, visto que até o presente momento as pretensões liberais não lograram êxito, apesar das concessões (talvez involuntárias) realizadas em torno da sociedade, a exemplo do que se denomina sociedade do bem-estar social.

A educação em sua atual forma, prepara a pessoa para o trabalho, mas também serve como criador e propagandeador de valores que legitimam o capital. A história que é manipulada com o intuito de fortalecer o capitalismo, ao reificar o grande burguês e justificar a desigualdade com o trabalhador, é utilizada como controle social, desde leis que tutelam o patrimônio até a falsa noção de transição social e econômica.

Nos primórdios do capitalismo, as instituições de ensino destinadas aos trabalhadores já refletiam a desigualdade de tratamento e oportunidades entre as duas classes.

Obviamente, então, as medidas que tinham de ser aplicadas aos “trabalhadores pobres” eram radicalmente diferentes daquelas que os “homens da razão” consideravam adequadas para si próprios. No final tudo se reduzia a relações de poder nuas e cruas, impostas com extrema brutalidade e violência nos primórdios do desenvolvimento capitalista [...] (MÉSZÁROS, 2008, p.42)

Mészáros (2008, p. 42) prossegue em seu texto ao dispor que “Naturalmente, as instituições tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do

capital.” Os mecanismos educacionais continuam com a mesma estrutura segregadora, apenas havendo concessões para que a classe dominante continue no poder.

O sistema capitalista educacional atinge a sociedade em seus mais variados ângulos e não apenas a educação formal. O objetivo é fazer com que cada pessoa adote as diretrizes do capital como seus interesses particulares, é o que Mészáros chama de “internalização” da educação, que desempenha a função de reprodução do sistema capitalista, evitando métodos violentos de controle social, que são utilizados apenas em momentos críticos. A educação formal não é a única fonte de reprodução ideológica, sendo a sua função transmitir a sensação de conformismo com o sistema existente e por tal motivo, o pensador húngaro entende que não cabe à educação formal um papel revolucionador, mas sim ações que atinjam a essência das práticas educacionais como um todo.

Os diversos mecanismos de reprodução social estão interligados, sendo os valores transmitidos conjuntamente, a exemplo da educação e da família em conformidade com as diretrizes liberais. Segue abaixo, posicionamento de Mészáros.

A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 271-272)

Significa que a mera reforma da educação formal tende ao fracasso, haja vista uma modificação isolada de outras áreas de atuação da reprodução social não possuir potencial ofensivo em desfavor do domínio liberal. A estratégia apontada por Mészáros é a seguinte:

O que se precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é *todo* o sistema de *internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente. (MÉSZÁROS, 2008, p.47)

O processo de internalização dos valores da sociedade é bem mais complexa do que a simples educação formal, que como já foi dito, atua de forma vinculada e sistematizada com toda a estrutura de reprodução social. Para o enfrentamento da ordem existente, tem que se ter em mente uma ideia ampla de educação, que reconheça o processo de aprendizagem durante toda a vida e não apenas em um limitado tempo do percurso acadêmica, posto que a sociedade se constrói (numa perspectiva de manutenção ou reforma) com a contribuição permanente de cada membro em suas atividades diárias, havendo

ai a internalização constante da criação e reprodução da estrutura da ordem dominante.

Relegar ideais transformadores ao campo estritamente da educação formal é simplesmente fomentar o conformismo com os pilares que sustentam seus elementos norteadores. Não adianta agir unicamente na educação formal, pois a política e a cultura são áreas de relevância e devem ser encaradas conjuntamente para formar um aparato educativo que visualize uma oposição à internalização de fundamentos conservativos da classe bem-sucedida, o que propicia “transformar a “formidável prisão” num lugar de emancipação e de realização genuína”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 58)

O trabalho nas formas atualmente desempenhadas aliena as pessoas ao ponto de haver uma verdadeira escravidão, em que o senhor é o próprio capital. A manutenção desta realidade se dá pelo controle do estado político, que por meio dos modos de reprodução social estabelece o pensamento “correto” e em conformidade com as diretrizes da ordem dominante. O início do rompimento desta realidade só é possível com a negação de toda a estrutura do estado político, situação em que a educação (em seu sentido amplo) exerce função fundamental.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p.65)

A universalização do trabalho e da educação é um dos passos indispensáveis para que haja uma essencial transformação social, pois só assim a alienação do trabalho será elidida, sendo mister uma educação que não vise o capital, mas sim a dignidade da pessoa. É desta forma, que os membros da sociedade irão interagir de forma substancial e não mais superficial, havendo um natural processo de reprodução social e a construção de um futuro por todos, afastando os valores individuais e centralizadores do capital.

Mészáros defende que para se lograr êxito em uma reforma radical, é necessária uma educação para toda a vida e que atue em todas as dimensões da reprodução social. “[...] não se trata de *simplesmente abolir* as instituições formais de ensino e esperar daí *qualquer* superação dos complexos e abrangentes problemas da *autoalienação humana*.” (ANTUNES, 2012, p. 87). Logo, a perspectiva educacional defendida é disposta da seguinte forma.

A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. (MÉSZÁROS, 2008, p.79)

Trata-se de se modificar os valores de internalização, pois apenas desta forma as pessoas em sua individualidade reproduzirão uma sociedade que tem como centro o ser humano em sua dignidade e não o capital.

Considerações Finais

Foi discorrido acerca da educação e sua função diante da sociedade a partir do entendimento de István Mészáros. Para entender melhor as ideias deste pensador, houve uma busca da contextualização em que a educação está inserida. Logo, com base na ideia de Gramsci, foi mencionada a sociedade civil como um aparato ideológico, em que a educação exerce papel fundamental sobre o controle da sociedade.

Em seguida reconheceu-se que a pessoa torna-se humano, por meio do trabalho, ou seja, o ser integra a natureza, mas a partir do momento que realiza transformações nela para satisfazer suas necessidades ocorre uma diferenciação dos animais, sendo o ser humano uma parte destacada da natureza. Na medida em que suas necessidades se afastam da natureza, as transformações para satisfazê-las tornam-se mais complexas, criando um ser sócio-histórico, isto é, que por meio do trabalho constrói sua história e relações interpessoais.

Por tais motivos, depreende-se que o ser animal apenas torna-se humano após sua relação transformadora com a natureza, isto é, o ser é social em decorrência do produto de seu trabalho, seja ele material ou imaterial simples ou complexo. Assim, o modo de produção de uma coletividade reflete seus valores, suas concepções de mundo. Em uma sociedade capitalista, uma das principais diretrizes é a exploração econômica da pessoa pela própria pessoa, situação que retira a propriedade do produto do trabalho de quem produz e atribui ao titular do capital.

Em consequência, percebe-se que o ser explorado distancia-se cada vez mais de sua característica humana, já que o produto de seu trabalho não mais o pertence. Nesta sociedade, o papel da educação é tão somente preparar a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e controlar os valores interiorizados pelos trabalhadores, para que a parcela trabalhadora se conforme com a realidade vivida. Isto é o que se denominou de educação formal, que por ser limitada não possui potencial transformador.

Diante da desumanização do ser humano, a solução adequada para humanizá-lo é uma lenta e gradativa mudança na internalização dos valores por meio de organizações de reprodução social que não sigam as diretrizes das

déias liberais, objetivo que apenas será alcançado com êxito após a superação do modo de produção hegemônico.

Referências

- ANTUNES, Caio. *A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação*. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2012.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução: Leandro Konder. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere. V.2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo)*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Lessa, Sérgio. "Prefácio". Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução: Leandro Konder. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. *A educação para além do capital*. Tradução: Isa Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SADER, Emir. "Prefácio". MÉSZÁROS, ISTVÁN. *A educação para além do capital*. Tradução: Isa Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.